O Poder Público, a Dinâmica da Produção Espacial e Segregação Racial na Cidade de Salvador – Bahia / Brasil

Joilson Cruz da Silva – Profº. UNEB e IFBA

Resumo
Salvador, cidade com maior população negra fora do continente africano, apresenta um quadro de grande desigualdade sócioespacial. Esta desigualdade é notada a partir da ausência de infraestrutura urbana nos bairros populares, onde a população negra é mais proeminente (marcadamente bairros negros). A presença do Estado nestes bairros é omissa em comparação ao que é observado nos bairros com população de maior poder aquisitivo. É visível a distinção de tratamento, que é dada pelo poder público aos bairros de classe social mais elevada em relação à infraestrutura urbana. Assim, percebe-se uma primazia dispensada a estes bairros em detrimento dos "espaços socialmente segregados" de população pobre e negra. A omissão do Estado está presente na ausência de políticas públicas voltada para atender a esta população que esta esquecida em verdadeiros aglomerados humanos, sem direito a áreas de lazer, asfaltamento de ruas, saneamento básico, rede de energia adequada, encanamento e boa distribuição de água, ordenamento urbano, coleta de lixo e outras necessidades que possibilitem uma vida digna para os habitantes da "cidade esquecida e desassistida", pois nestes locais o planejamento urbano cumpre o papel estabelecido pelas elites capitalistas, que é deixar a margem do direito a dignidade à população pobre e negra da cidade. Este estudo visa assim analisar o espaço urbano e as desigualdades nele presentes, procurando demonstrar que ainda vivemos em uma sociedade, onde a desigualdade social não esta permeada só pelo fator econômico, mas que o fator racial assume também uma relevante importância nesta realidade, ora apresentada, sendo que o Estado enquanto poder público não tem feito muito para mudar esta triste realidade.

Palavras chave: Estado, espaço urbano, segregação, desigualdade sócioespacial, Infraestrutura urbana.

Introdução: Salvador - Cidade Desigual

Salvador-Bahia, primeira capital do Brasil, foi durante muito tempo uma das principais, se não a principal cidade da América Latina, voltado para o Atlântico. Sendo que o seu porto se constituía no principal portão de entrada às terras brasileiras, justamente por isto foi à cidade de Salvador a que recebeu a maior leva de carregamento de trabalhadores forçados, vindos do continente africano.

Isto fez com que Salvador fosse também à cidade fora da áfrica a possuir a maior população negra fora deste continente africano. esta numerosa população, ao longo do processo histórico e do tempo, se viu alijada dos mais essenciais direitos, enquanto indivíduos e grupo racial, ficando claro que existe no nosso país uma hierarquia racial, a qual determina quem é

realmente cidadão. Em Salvador esta realidade se agrava pelo grande número de população negra existente, o qual, segundo dados do IBGE, pode chegar a 80% da população da cidade.

Esta hierarquia racial, solidificada através do tempo, tem feito com que a população negra se encontre nos mais baixos extratos de pobreza, chegando até mesmo a situação de indigência absoluta (HENRIQUES, 2001), e esta situação social se agrava quando verificamos a situação de moradia desta população, pois a mesma ocupa na sua grande maioria os bairros com falta de infraestrutura urbana.

Esta condição é resultado da desigualdade sócioespacial, uma vez que o espaço urbano é reflexo da sociedade que o constrói, estando estruturado em classes sociais e isto fará com que a cidade se organize em áreas residenciais segregadas. No caso da cidade de Salvador ela evidencia uma característica peculiar neste aspecto, apresentando, também, uma dimensão da segregação sóciespacial de boa parte da sua população negra nos bairros pobres; bairros estes que sofrem da carência e ausência de uma infraestrutura urbana, de serviços e equipamentos públicos, em contraposição à população que habita os bairros de classe média e alta que, não por acaso, em sua grande maioria, é branca e detentora de bens econômicos e sociais.

Assim, procuramos demonstrar neste estudo que o espaço da capital mais negra do Brasil apresenta, no seu espaço urbano, uma grande desigualdade sócioespacial, sendo que o poder público tem um papel fundamental na sedimentação desta desigualdade, uma vez que faltam políticas públicas voltadas para atender as demandas e necessidades dos bairros mais pobres e carentes de infraestrutura urbana,

O Estado e a organização Sócioespacial da cidade

Oriundo de um processo histórico que teve base na Europa do século XVI, o Estado enquanto estrutura de governo, resulta da organização e estruturação do poder concentrado que, segundo Kropotkin (2000), representava o poder que iria ordenar, mandar e imperar em nome dos interesses da coletividade, mas que, ao mesmo tempo, emerge como elemento esmagador dos interesses desta mesma sociedade. Assim, neste processo de formação do Estado, surge a tendência do monopólio da coerção estatal, em contraposição à selvageria dos interesses individuais dispersos.

Nos tempos atuais, o Estado Moderno é onipresente, constituindo-se em um “conjunto de instituições de caráter público, envolvendo múltiplas relações com o complexo social num território delimitado” (RODRIGUES, 2011, p. 17). Assim, o aparato do Estado, enquanto

organismo vivo, responsável pelo “Planejamento Urbano” nas cidades, poderia se constituir como elemento essencial e determinante na diminuição dos problemas resultantes da segregação sócioespacial de parcela significativa da população existente nos grandes centros urbanos, como é o caso da cidade de Salvador. Com isto, de acordo com Souza,

> O grande desafio colocado diante da atividade de planejamento é o esforço de imaginar o futuro. No entanto, essa imaginação do futuro não é feita a partir do nada, do vazio. Para pensar e imaginar o futuro é preciso que se faça uma reflexão e uma análise prévia das condições do quadro atual, de forma a se poder antecipar a possíveis desdobramentos de processos (SOUZA, 2004, p. 17).

Vemos que, neste caso, o problema existente é que o Estado, enquanto instituição responsável por este planejamento urbano nas cidades, dentro da estrutura da gestão Municipal ou Estadual, em sua quase grande parte será geralmente apropriado pelas classes dominantes, assim tem-se uma forte tendência de que grande parte dos projetos de infraestrutura urbana sejam gestados para beneficiar as elites. Isto acontece, segundo Reclus (2010), em função da aliança eterna entre o Estado e a classe dominante, que perpetua a desigualdade para com os explorados e dominados.

Salvador e as desigualdades socioespaciais

A cidade de Salvador, fundada em 29 de março de 1549, nasce debruçada sobre uma grande reentrância marítima a qual foi denominada de Baía de Todos os Santos, ao longo do tempo as características do seu porto a fez tornar-se um dos maiores entrepostos e centros comerciais do Atlântico Sul. Durante todo o período que vai de 1550 até a extinção do tráfico de trabalhadores forçados africanos, a Cidade de Salvador se transformou em um grande polo de tráfico escravo, notabilizando-se pelo recebimento de grande número de trabalhadores africanos escravizados, o que levou Salvador a se tornar, ao longo do tempo, na cidade de maior contingente de afrodescendentes fora da África. Desde aquela época a cidade já apresentava traços marcantes de uma desigualdade social e territorial, que iria perdurar através dos tempos, segundo, Andrade e Brandão.

> Salvador era uma sociedade explicitamente segmentada, composta por brancos que compunham uma elite local e ocupavam os solares e sobrados da área central; por “brancos locais”, mestiços, mulatos e negros alforriados que ocupavam papéis e espaços periféricos e, por negros escravos que estavam dispersos pela cidade de forma excludente, como mercadorias de alto valor agregado para aquele momento histórico (Andrade e Brandão, 2006, p. 48).

Esta realidade excludente acompanhou o desenvolvimento de Salvador ao longo dos tempos, fazendo com que houvesse a permanência de fortes marcas desta organização social do passado na nossa realidade presente. Assim, se entende que a cidade, enquanto centro dinâmico da vida social e política dos cidadãos é o "locus" de acumulação capitalista, portanto um espaço de desigualdades, só que esta desigualdade é ampliada em função do domínio da máquina do Estado, pelas elites que a transformam em um espaço de caótica especulação imobiliária e feroz exploração dos seus habitantes menos afortunados.

Pode-se afirmar que a cidade de Salvador, no presente, vive um caos no seu planejamento urbano, não existindo um fórum ativo de participação popular dos seus habitantes, isto em função dos interesses e omissão do poder público, uma vez que os instrumentos existentes, como o PDDU (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano) e o Estatuto da Cidade, são desrespeitados ou inoperantes.

Na análise do espaço urbano de Salvador, salta aos olhos a realidade dicotômica existente entre os diferentes bairros da cidade. Assim, Serpa (2007) afirma que Salvador apresenta espaços de "grifes" imobiliárias supervalorizados, com projetos urbanísticos e paisagísticos, que convivem com espaços da grande Salvador favelizada, de áreas paupérrimas.

Questão esta que nos leva a entender que a cidade, na concepção da produção do seu espaço urbano, convive com uma realidade triste de dualidade social. Uma vez que flagrantemente o Poder Público trata discricionariamente os diferentes bairros da cidade.

Esta realidade nos faz questionar as diferenças drásticas existentes entre os bairros da cidade de Salvador, que possuem condições de infraestrutura urbana[1] diferenciada, em relação ao saneamento básico, drenagem, coleta e disposição de resíduos sólidos, energia elétrica, telefonia e telecomunicações, transportes, áreas de lazer, pavimentação, fiscalização das vias públicas em diferentes aspectos, entre outras coisas. Levando-nos a pensar e a refletir sobre o porquê das disparidades na atuação do poder público no oferecimento, na organização e no provimento de infraestrutura urbana para os habitantes da cidade.

As condições socioeconômicas da população de Salvador refletem um espaço que produz e reproduz a pobreza e as desigualdades sociais, refletidas fortemente nas diferenças

[1] Salvador é uma das piores capitais brasileiras quando o assunto é infraestrutura urbana, segundo levantamento feito pelo IBGE (Censo de 2010). Na maior parte dos itens observados, a capital baiana figura entre as últimas posições em comparação com os outros 14 municípios que têm população superior a 1 milhão de habitantes.

raciais[2]. Segundo Pereira (2006), esta população faz parte da "cidade esquecida e desassistida", cidade informal que cresce fora das regras de segurança e conforto estabelecidas pelo poder público e, portanto, sem o controle do Estado.

Sabemos que existe uma posição de desvantagem na infraestrutura urbana dos bairros de população negra em relação aos bairros de população majoritariamente branca, que poderia ser justificada pela sua condição socioeconômica inferior, mas esta situação não explica, por si só, à atual condição presenciada. Vemos um componente também de discriminação institucionalizada por parte do poder público, em função do descaso com que estes bairros são tratados,

A constatação existente é que, em Salvador, visualizamos claramente nos bairros de menor renda e, portanto de maior adensamento de população negra, um desleixo no tratamento e enfrentamento dos problemas e questões relacionadas à infraestrutura urbana, que faz com que certos locais sejam simplesmente depósitos de gente, o que segundo Lefebvre[3] (2001), é lugar do *habitat* e não do *habitar*, contrapondo-se à realidade que encontramos nos bairros em que vive uma elite econômica e oligárquica que, além de contar com toda a comodidade e conforto existente em suas residências ou condomínios, ainda conta com as benesses do bom atendimento público, em função do oferecimento de uma boa infraestrutura urbana por parte do poder público.

Assim, é possível constatar que hoje, como no passado, existem certos espaços grotescamente antagônicos na cidade de Salvador, a qual é marcada por uma sociedade formada por classes, resultante de um processo histórico regido por forte estratificação social de sua população, que "produziu, espacial e psiquicamente, um ambiente demarcado por classes sociais de exclusão, claramente hostil para os socialmente desprezados, ou seja, a população pobre e negra da cidade, cuja repercussão na sociedade brasileira contemporânea ainda não foi suficientemente investigada" (LEITÃO, 2005).

> Aos negros acabaram sendo destinadas as áreas distantes do núcleo destinado à população branca: áreas desestruturadas, com infraestrutura urbana desigual, com menor possibilidade de acesso ao emprego, educação e lazer — áreas com baixíssima qualidade de vida urbana. Podemos falar em uma segregação planejada pelo Estado (SANT'ANA, 2007, p. 03).

[2] Aqui utilizo a classificação do IBGE, quanto à cor da pele, sendo que neste caso os pretos e pardos são por mim classificados enquanto negros, como forma de facilitar o entendimento e a homogeneização dos dados.

[3] Para Lefebvre, a cidade deve ser o local do *habitar*, lugar de vida, do cotidiano, da socialização das pessoas, onde se projeta a estrutura social. Diferente do *habitat* que é o lugar do espaço material.

Sobre esta segregação sócioespacial, que vai atingir fortemente a população negra da cidade e se refletir na atuação do poder público na desigual e diferenciada oferta de infraestrutura e de serviços urbanos na cidade, pode-se remeter a um estudo de Cardoso (2008, p. 186), quando ela se utiliza de fontes como Gilbert e Guggler (2000) e Lima (2000), para afirmar que:

> A concentração massiva de recursos nas mãos de grupos de rendas média e alta é expressa fisicamente por uma alta concentração de infraestrutura nas áreas onde vivem essas populações. Os pobres são beneficiados apenas indiretamente por essa infraestrutura, quando eles se estabelecem próximos de áreas bem servidas (CARDOSO, 2008 p. 186).

É notório que os bairros sócio-espacialmentes segregados de Salvador carecem de serviços e de infraestrutura urbana, como: esgotamento sanitário, coleta de lixo, sistema viário, paisagismo, sistema de lazer, ordenamento comercial, pavimentação de ruas e ausência de calçadas ou meios-fios, dentre outros. Assim, em função de todas estas debilidades relacionadas à sua infraestrutura urbana e a sua estratificação social, ressurgem em Salvador, *novos* espaços que podemos denominar de "zonas de exclusão de cidadania". Para Davis (2006), existe uma negligência governamental com relação à infraestrutura nos territórios favelizados do mundo em desenvolvimento, onde não ocorre nenhuma ação ou intervenção substancial do poder público local.

Entretanto, em Salvador emerge outra cidade, aquela representada por espaços bem equipados e com uma ampla infraestrutura urbana e de serviços, diferentemente dos territórios que formam a "cidade esquecida e desassistida", em função da grande disparidade socioeconômica existente em Salvador. Portanto, a segregação habitacional separa os ricos e os pobres na cidade; para os primeiros, são destinadas as melhores áreas servidas de infraestrutura e outros benefícios coletivos e, para os demais, aquelas áreas "largadas à própria sorte" e à ganância especulativa (GORDILHO-SOUZA, 2008, p. 16).

Entendemos que o espaço urbano é gerido pela lógica do capital e, tendo em vista o seu processo de produção, uso e apropriação do espaço e a estruturação da cidade é que levantamos baseado na obra de Lefebvre, as seguintes questões, quando pensamos Salvador enquanto local do habitar: por quê; por quem; para quê e para quem é organizado o espaço urbano na cidade. Pode-se ver, claramente, que o espaço urbano da cidade de Salvador vem sendo organizado porque visa atender a uma lógica especulativa de interesse dos proprietários de terrenos e dos seus promotores imobiliários que, atuando de forma irracional perante os interesses de grande parte da população, criam um ambiente de exclusão, reforçando um

processo cruel de segregação sócioespacial de significativa parte da população negra e pobre da cidade.

Os agentes imobiliários, atuando com a conivência do Estado capitalista, praticam um constante desrespeito às normas básicas de uso e ocupação do solo urbano da cidade. Atuando, nas últimas décadas, em comunhão com os gestores públicos, eles possuem a primazia de organizar o espaço urbano de acordo com seus interesses, ainda que em alguns momentos tenhamos a resistência dos grupos socialmente excluídos. Um exemplo disto foi à aprovação do novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) da cidade, no ano de 2010, que, mesmo contra a vontade da sociedade organizada e da população, foi aprovado pela Câmara Municipal, tendo inclusive o aval do Poder Municipal.

A insatisfação da população com o PDDU, gestado nos gabinetes do poder, gerou sérias e fortes críticas da população em relação ao seu conteúdo, provocando inclusive a intervenção do Ministério Público, que ajuizou duas ações: uma de nulidade do ato de aprovação do Plano Diretor pela Câmara Municipal, e outra contra o Prefeito (Gestor Municipal) que sancionou o PDDU votado pela Câmara Municipal.

Vemos, assim, que o espaço urbano na cidade é organizado para atender os interesses do capital especulativo, dentre eles o interesse das elites e do mercado imobiliário capitalista, potencializando a renda da terra urbana, fazendo com que seja um lucrativo negócio, apropriado especulativamente pelos capitais particulares em detrimento da população pobre e negra da cidade que, em sua grande parte, é despossuída de bens de capital.

Políticas Públicas e Planejamento Urbano para a população pobre de Salvador

Entendemos que grande parcela da população de Salvador se vê excluída de usufruir dignamente do espaço do seu habitar. Segundo o IBGE (2008), a população negra é o grupo social mais vulnerável e com maior probabilidade de sofrer as consequências da falta de políticas públicas específicas para seu segmento. Elas são necessárias para este segmento populacional, porque entendemos que esta deve ocorrer num sentido de reparação histórica à população negra que se tornou, ao longo do processo histórico, indivíduos “livres”, mas, ao mesmo tempo, sem chances, oportunidades e garantia da sociedade em ter uma vida digna. Na verdade esta população foi transformada em cidadãos de segunda classe ao fim da escravidão. Pois segundo Santos (2007, p. 19) a cidadania, só pode existir a partir do momento em que o individuo tem a garantia e o “direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva,

as intempéries; direito ao trabalho (digno), à justiça, à liberdade e a uma existência digna" e todos esses elementos acima citados foram, a época, negados à população negra do nosso país.

Ainda nos dias atuais enxergamos a mesma e triste realidade enfrentada pela maioria da população soteropolitana, "ameaçada por um cotidiano implacável, pois não basta à cidadania ser um estado de espírito ou uma declaração de intenções" (SANTOS, 2007, p. 20), é preciso que ela seja realmente assegurada e o que vemos ainda hoje é que não lhe é dada a garantia concreta de efetivação de mudanças nas condições de moradia nos bairros pobres e populares da cidade.

A existência de políticas públicas, com planejamento urbano voltado para os espaços marcadamente negros da cidade de Salvador, se faz necessária, uma vez que o poder público pode, adequadamente, planejar suas ações de acordo com os interesses e necessidades inerentes a este agrupamento populacional. A ausência de políticas públicas e de instrumentos urbanísticos eficazes levou Salvador na segunda metade da década de 1980, a fortes disputas pela apropriação do solo e luta pela moradia (LIMA e NETO, 2006), havendo assim o crescimento das favelas e do uso do espaço urbano. Segundo Sansone (2003, p. 152), na cidade de Salvador todos os bairros pobres podem ser considerados como comunidades negras de fato (em muitas áreas, pelos dados do IBGE (2010), os pretos e pardos correspondem a mais de 85% da população).

É esta falta de políticas públicas voltada para o planejamento urbano, que vemos ausente nas áreas urbanas ocupada pela população negra da Cidade de Salvador, que carecem de infraestrutura por parte do poder público. Mas ao mesmo tempo, pode-se notar uma forte presença do poder público em áreas valorizadas da cidade, locais onde a população possui um maior poder aquisitivo e na sua composição é majoritariamente branca.

A adoção de políticas públicas voltadas para o atendimento das necessidades da população de uma cidade como Salvador entrecortada por profundas desigualdades devem ser prioritárias, devendo fazer parte do projeto político de qualquer gestor, que se interesse em melhor gerenciar o seu espaço urbano, procurando com isto diminuir as disparidades existentes e realizar uma reparação social e histórica para com a população da cidade. Mas, para que isto ocorra faz-se necessário priorizar mais o social que o econômico, na adoção de políticas públicas, atitude esta que não vem ocorrendo, a contento, pois, de acordo com Pintaudi (2003),

> Implementar políticas públicas, aí incluídas as urbanas, requer antes um projeto político e a sociedade civil brasileira tem presenciado a execução de políticas que levam em conta mais o econômico que o social (PINTAUDI, 2003, p. 231).

E é isto que temos visto na cidade de Salvador: o atrelamento desumano do poder público com o capital, representado pelos lobbies imobiliário e turístico, que têm construído e planejado uma cidade para as elites locais e para os de fora (turistas), uma vez que são direcionados altos investimentos públicos para bairros onde os promotores imobiliários e proprietários fundiários possuem um forte interesse especulativo.

Assim, historicamente, segundo Souza (2004), o planejamento urbano em nosso país sempre foi direcionado para representar a manutenção da ordem econômica e social, beneficiando um pequeno grupo, geralmente detentor do capital, que visualiza no planejamento urbano maiores possibilidades de incremento de seu capital, através da valorização do espaço urbano, a partir de intervenções urbanísticas que consolidam a segregação sócioespacial, o qual, no caso de Salvador, terá uma particularidade toda especial, que se refletirá também em uma segregação racial da sua população.

A Gestão Pública e o Planejamento "mercadófilo" na Cidade de Salvador

Percebe-se claramente nas instituições públicas o braço forte das oligarquias políticas e econômicas, que estão infiltradas nos diversos órgãos da administração da cidade que agindo a seu favor, direciona as ações em benefício próprio, em detrimento do interesse do conjunto da população da cidade. Esta elite econômica e política no poder tem a capacidade de influir nas políticas públicas e, consequentemente no planejamento urbano da cidade, conseguindo tirar vantagens da estrutura governamental em função do seu posicionamento dentro da máquina pública.

Atrevemos-nos a dizer que o planejamento urbano da cidade de Salvador nos últimos anos tem se caracterizado por um planejamento "mercadófilo[4]", o qual se preocupa em defender os interesses privados das elites, tanto política, quanto econômica, e não o interesse público coletivo. Este planejamento caracteriza-se por ter uma postura próxima ao mercado, ou seja, voltado para o interesse do capital, tendo uma preocupação maior com o aumento da competitividade econômica da cidade, do que com seu ordenamento urbano. Este planejamento,

[4] Planejamento mercadófilo, termo criado por Souza, advindo do neologismo "mercadofilia", derivado do substantivo "mercadófilo", vindo da composição da palavra "mercado" com o radical *filia* (do grego *philia*: amizade, afeição).

portanto, está exclusivamente preocupado em defender os interesses privados, e não os interesses públicos coletivos.

> O planejamento urbano é aqui entendido como um processo político de tomada de decisão sobre a urbanização, decisão esta manifestada por políticas urbanas. A política urbana é a manifestação do processo de planejamento urbano que acontece em cada cidade através do urbanismo (que é intervenção, que é projeto). A política urbana explicita prioridades (envolvem escolhas, compromissos, pactos) (SOUZA, 1988, p. 56).

Este planejamento "mercadófilo" traz consigo a segregação das pessoas em função de suas condições socioeconômicas, uma vez que elas não possuem as condições necessárias para adquirir imóveis nos novos espaços planejados da cidade, tal procedimento, atinge principalmente a população negra, que de acordo com os dados do IBGE (2010) compõe a maior parte da base da pirâmide socioeconômica da cidade. Assim este processo se torna mais perverso e excludente, acentuando um dos piores aspectos desta segregação sócioespacial, que é a continuidade histórica e secular da discriminação da população negra da cidade, a qual oficialmente agora não ocorre em função da cor da pele, porém disfarçadamente em função das condições socioeconômicas. Assim o poder público ao atrelar-se aos interesses do capital, só faz agravar as condições de vida desta população, uma vez que acentua a exclusão histórica a estes desfavorecidos economicamente, tornando esse processo mais perverso e acentuando os aspectos negativos da segregação sócioespacial.

O planejamento urbano nos bairros pobres de Salvador se faz necessário como elemento primordial para o enfrentamento das graves questões urbanas, sociais e ambientais destas "zonas de exclusão de cidadania", estando o mesmo amparado pela Lei Federal de nº 10257, de 10 de Julho de 2001, que criou o "Estatuto da Cidade", instrumento que regulamenta a política urbana dos municípios, e que tem como fundamentação básica a formulação de diretrizes de planejamento urbano e condução do processo de gestão das cidades (FERNANDES, 2008, p. 44). O "Estatuto da Cidade" é um instrumento auxiliar de gestão que tem a finalidade da democratização dos processos de decisórios, nas ações relativas à gestão da cidade por parte do poder público, uma vez que:

> A qualidade de vida urbana depende muito da capacidade do governo local de exercer o planejamento e o controle do território da cidade, da sua estruturação, para implementar políticas e fiscalizar o cumprimento da regulação urbana e sua capacidade de investimento em equipamentos, serviços e infraestrutura urbana (MENDONÇA, 2006, p. 21).

Desta forma, vemos a existência de uma grande anomalia praticada pelo Estado que, com verbas públicas provenientes da arrecadação de tributos de toda a sociedade, age intencionalmente na valorização de certas áreas da cidade em detrimento de outras, através da implantação e oferta de uma maior infraestrutura urbana nestes espaços. De acordo com Santos, (1978, p.15), a uma "mais-valia" urbana dos terrenos e edificações, que são valorizados por investimentos e obras públicas, em detrimento dos investimentos nas "zonas de exclusão de cidadania".

Um exemplo disto são os parques e praças públicas existentes em Salvador, que alimentam um processo de valorização imobiliária das áreas nobres da cidade. O poder público, ao acrescentar equipamentos públicos a bairros que já possuem uma densa rede de lazer e de serviços, beneficia diretamente a elite local que habita estes espaços, em detrimento dos bairros populares, de população majoritariamente negra e que não possuem opções de lazer (SERPA, 2007).

Podemos ver isto nos bairros situados na orla atlântica da cidade ou nas suas proximidades, onde temos uma maior ação de intervenção do poder público, seja ele municipal ou estadual; o bairro da Pituba é um dos exemplos que pode ser citado. Constituído por uma parcela de classe média a média alta, este bairro é o que possui o maior e mais qualificado número de equipamentos públicos voltados ao lazer na cidade, nele estão situados a Praça Nossa Senhora da Luz (1932), o Parque da Cidade Joventino Silva (1973), o Parque Costa Azul (1995) e o Parque Jardins dos Namorados (1999), a Praça Wilson Lins - antigo espaço do Clube Português (2009). Assim a concentração destes equipamentos públicos urbano em um único bairro, amplia a desigualdade deste bairro, em relação à grande maioria dos outros bairros da cidade, os quais não possuem estes equipamentos urbanos (Praças) de forma adequada e quando os possuem não recebem a manutenção devida dos seus mobiliários urbanos, pois ficam abandonadas, sem iluminação, cheias de matos e lixos. Não se tornando assim, um lugar de uso adequado para a população.

O espaço urbano da capital baiana, assim, se apresenta extremamente desigual, seja em função da segregação sócioespacial desenhada em seu território físico, no qual "geograficamente os negros concentram-se principalmente em bairros de baixo status, com alguma representatividade em bairros de status médio" (GARCIA, 2007, p. 07), seja através da estratificação socioeconômica de sua população, ou da forma diferenciada de atuação do poder público na concepção da infraestrutura urbana (equipamentos públicos e serviços urbanos).

Percebemos que nos bairros ditos “nobres”, ocupados por uma população residente de classe média, média-alta e alta renda, existe uma maior intervenção do poder público, com uma significativa aplicação de recursos públicos destinada a obras, tendo como objetivo modernizar cada vez mais estes bairros. Nessas condições, como diz Santos (2009, p. 137), “parcelas importantes dos recursos públicos são direcionados a um equipamento urbano seletivo e de interesse da economia e das classes sociais hegemônicas”.

Neste sentido, recorremos às ideias de Garcia:

> Podemos afirmar que a combinação da discriminação do mercado imobiliário e da ação do Estado tem reproduzido desigualdades raciais, e, portanto, as políticas públicas brasileiras em geral, e as políticas urbanas, em particular, na cidade estudada, têm agravado a segregação (GARCIA, 2007, p. 19).

Assim é que vemos nas ultimas duas décadas grandes obras de requalificação em bairros de classe média, média-alta e alta renda, como a que ocorreu no final da década de 90 do século XX, na artéria principal da Pituba, Avenida Manoel Dias da Silva, que passou por uma ampla e completa reforma, com alargamento da sua via e calçadas e a instalação de uma nova iluminação pública, vemos o mesmo a ocorrer na primeira década, deste século com a Avenida Centenário e no bairro do Imbuí, locais que foram totalmente requalificados, com projetos paisagístico e de arborização, mais a construção de espaços para caminhadas, pistas de skates, parques temáticos infantis e quadras de esportes, valorizando e distinguindo ainda mais estes bairros dos demais da cidade e, por incrível que pareça, se não fossem algumas “ilhas” de pressão pelo direito a moradia, fruto da luta pelo uso e posse da terra urbana (Invasão), encravadas nestes bairros, como o Calabar na Avenida Centenário e o Bate-facho no Imbuí, além do Conjunto Marback, conjunto habitacional popular que já existia, antes da valorização imobiliária local, o coeficiente de população negra nestes bairros seriam inexpressivos. Entretanto é bom frisar que no bairro da Pituba o coeficiente de população negra é um dos mais baixos da cidade.

Por outro lado, os bairros “periféricos”, com uma grande parcela da sua população pobre e negra, com ruas mal organizadas e suas residências precárias, insalubres e sem ordenamento urbano, carecem de maior atenção do poder público. Sobre esta segregação Corrêa destaca:

> As áreas residenciais segregadas representam papel ponderável no processo de reprodução das relações de produção no bojo do qual se reproduzem as diversas classes sociais e suas frações: os bairros são os locais de reprodução dos diversos grupos sociais (CORRÊA, 1989, p. 8).

Estas barreiras, “muros” invisíveis, perpetuam a segregação desta parte da população que ocupa a periferia socioeconômica, tanto no seu aspecto sociológico, quanto geográfico, onde, segundo Silva (2008, p. 153), “Ficam submetidos às máximas do ponha-se no seu lugar” [...] “não, isso não é para mim”, não usufruindo dignamente do seu direito à cidade enquanto legítimos cidadãos.

Para compreendermos a importância da compreensão do espaço para esta análise, utilizamos a abordagem, dada por Pintaudi (2003, p. 231) no qual diz que o espaço é a “dimensão mais material da realidade social, produto e condição de reprodução da sociedade”, por isso, não podemos analisar este fenômeno sem ter como noção a área onde ele acontece, para assim podermos entender a realidade vivida por grande parte da população negra da cidade.

Poder público e desigualdade sócioespacial

É importante reconhecer o papel e a atuação do poder público como fator essencial para a permanência do sentimento de fracasso social dessas comunidades negras dentro do espaço urbano, ainda no século XXI. Segundo dados do IBGE (2008), a cidade de Salvador possui sua população formada majoritariamente por negros e é esta população que ocupa os locais mais insalubres da cidade. Sendo assim, o espaço por ela ocupado necessitaria, portanto, de uma maior ação do poder público.

A ausência de uma política pública voltada para as condições de moradia da população negra soteropolitana provoca o seguinte questionamento: Qual o grau de inserção do poder público na dicotomia existente no espaço urbano, fazendo com que o passado e o presente estejam fundidos em um cenário de desigualdades e de segregação de parte significativa de sua população?

O questionamento ora apresentado se pauta nas indagações aqui relacionadas, onde se apreende que esta dura realidade apresentada vai além do puro e simples fator socioeconômico; vemos aí outro fator, até então não analisado nos estudos geográficos, que é o fator racial, pois, nesta gritante realidade do espaço urbano soteropolitano, percebe-se neste espaço geográfico, que é fruto de uma produção social dinâmica, num dado contexto e tempo histórico, uma situação de perpetuação da precarização das condições de moradia da população negra.

Para comprovar toda a análise teórica acima realizada, utilizaremos dois exemplos concretos de fatos ocorridos na cidade de Salvador, envolvendo a atuação do poder público,

neste caso a Prefeitura do Município da cidade de Salvador e moradores de bairros distintos da cidade. O primeiro caso está relacionado ao fato ocorrido no bairro de Stella Maris, divulgado pelo periódico local Correio da Bahia (27/01/09), bairro de classe média, situado na orla atlântica da cidade, onde uma comunidade, surgida espontaneamente (invasão), foi desalojada pela Superintendência de Controle e Ordenamento do Solo do Município (SUCOM), devido às reclamações dos moradores locais, sendo que, no mesmo lugar que estava sendo ocupado por estes moradores sem teto, foi construída uma praça, para que os moradores do bairro possam utilizá-la como área de lazer.

Fotos 1 e 2 - Protesto de moradores por melhor infraestrutura no bairro de Pernambués.
Fonte: Jornal Atarde *on line* (14 de maio de 2012).

Outro claro exemplo que pode ser utilizado para demonstrar a forma de atuação discricionária por parte do poder público, é quando analisamos as causas do protesto noticiado no Jornal Atarde *on line* (14/05/2012), realizado pelos moradores do bairro de Pernambués (localizado próximo ao novo centro dinâmico da cidade), que interditaram a rua com pneus e madeiras, ateando fogo aos mesmos, em uma tentativa de chamar a atenção da imprensa e do poder público municipal para a situação degradante que vivem em função da inexistência de uma infraestrutura de saneamento básico e pavimentação asfáltica adequada em algumas ruas do bairro.

Estes fatos, que foram expostos acima, marcam claramente a forma de atuação do poder público, que se faz presente mais constantemente e preferencialmente nos bairros onde existe uma maior concentração de população com maior poder aquisitivo, como é o caso do bairro de Stella Maris, onde ocorreu uma rápida intervenção do poder público na ordenação do uso do solo urbano. Neste caso, vemos que o Estado, representado pelo poder Público

Municipal, não tem uma homogeneidade de atuação no desenvolvimento e no tratamento destas questões nos diferentes bairros da cidade, privilegiando sempre as ações nos bairros de população com maior poder aquisitivo. Assim, existe a apropriação privada dos recursos públicos e do espaço urbano, uma vez que os setores da nova economia influenciam as decisões estatais a favor da ordem sócioespacial segregada (SASSEN, 1991).

Assim entendemos que o espaço das cidades, com uma forte atuação do Estado nos últimos anos, vem sendo reproduzido de acordo com o interesse do capital imobiliário, que imprime no espaço uma configuração diferenciada e desigual.

A guisa de conclusão: Por que não uma política de ação afirmativa urbana para os espaços pobres e negros da cidade?

Ao analisarmos toda esta questão, queremos mostrar que a desigualdade sócioespacial vista e percebida no espaço urbano das grandes e médias cidades brasileiras é fruto da imensa desigualdade social, ainda existente em nosso país. Porém, vemos que a desigualdade social não é o único e isolado fator determinante desta paisagem tão degradante que vemos em nossas cidades. Percebe-se que, no planejamento do espaço urbano, o papel do Estado, neste caso representado pela estrutura administrativa do poder público municipal, tem grande responsabilidade na consolidação de uma situação que extrapola as vias da normalidade da estruturação e produção do espaço urbano, uma vez que ele, enquanto instituição responsável por todos os cidadãos constrói uma cidade desigual e voltada para o interesse especulativo dos agentes imobiliários e das elites da cidade, relegando a condições não dignas de vida a população negra e pobre da cidade.

Desta forma, cai por terra a falácia de que existe uma democracia racial no nosso país e consequentemente em Salvador, cidade com o maior número de população negra fora do continente africano, pois as condições de vida presente, usufruídas pela maioria deste contingente populacional, e a complacência do poder público municipal para com estas condições, reafirma o que diz Nascimento,

> A falsa neutralidade racial da República, de 1889 até os dias de hoje, é mais uma farsa brasileira e um redondo fracasso, já que discriminação e racismo são formas de convivência social culturalmente arraigada no Brasil, praticados de forma normal e vergonhosa, à sombra do estado complacente (Nascimento, 2012).

Assim, percebemos uma dualidade de tratamento não isonômico do poder público em relação aos diferentes bairros que compõem a cidade de Salvador, verifica-se que esta ação é fruto de uma segregação institucionalizada, pois a mesma ocorre onde segundo a AMMA[5] há o

> Fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica, manifestado em normas práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho, os quais são resultantes da ignorância, da falta de atenção, do preconceito ou estereótipos (AMMA, 2010).

que vem há anos prejudicando a grande maioria da população negra soteropolitana.

Portanto, "urge" que se chegue ao fim com o tratamento desigual em virtude da renda e cor dos habitantes dos diferentes bairros da cidade, é também necessário que a estrutura do Estado (municipal ou estadual), seja um elemento que transforme estes bairros, como diz Lefebvre (2001), em lugar do *habitar* e não do *habitat*, fazendo com que a verdadeira cidadania chegue a estes bairros e, para que isto venha a ocorrer, é necessário programar ações afirmativas voltadas para o espaço urbano, onde se encontra grande parte desta população. A *affirmative action*, concepção norte-americana, oriunda de um modelo voltado para a reparação da população negra, não está só relacionada à questão da educação, como se faz entender hoje no Brasil. Segundo Sant'Ana (2007, pag. 2), significa também "buscar corrigir erros - se é que isto é possível - através de ações políticas, econômicas e sociais" (acrescentaríamos também urbanas), "que restaurem a dignidade, a integridade física e psicológica do segmento atingido pela herança criminosa do racismo e exclusão social".

Portanto, implementar ações afirmativas voltadas para os bairros marcadamente pobres e negros da cidade de Salvador tem como objetivo trazer aos seus moradores a cidadania que a eles foi negada ao longo do tempo. Entendemos que este seja o papel atual do Estado moderno, interrompendo assim o seu atrelamento histórico em atender os interesses da elite e dos grupos políticos hegemônicos locais que, se utilizando de recursos públicos, têm construído uma cidade desigual e, consequentemente, um "espaço urbano" voltado para os interesses do capital e não dos seus cidadãos. Com isto, este trabalho tem como objetivo, a partir da academia, trazer a reflexão aos gestores sobre as condições vividas por uma grande parcela da população soteropolitana que, como diz Lefebvre (2001), tem o seu *habitat,* mas não tem o seu *habitar.*

---

[5] AMMA. Instituto Amma Psique e Negritude desenvolveu o estudo: **Identificação e Abordagem do Racismo Institucional** em convenio com o Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional/PNUD, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMMA. Instituto Amma Psique e Negritude. **Identificação e Abordagem do Racismo Institucional.** São Paulo: Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional/PNUD, 2010.

ANDRADE, Adriano Bittencourt; BRANDÃO, Paulo R. Baqueiro. - **Geografia de Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2006.

CARDOSO, Ana Claudia Duarte. Assentamentos informais e a pobreza Urbana. Belém em foco. In: VALENÇA, Marcio Moraes (Org.). **Cidade (I)Legal**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Ed. Ática S.A., 1989.

CORREIO DA BAHIA. **Comunidade protesta da ação da Prefeitura**. Caderno da Cidade, p. 16. Salvador: 27 de janeiro de 2009.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela.** Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

FERNANDES, Edésio. Do código civil ao estatuto da Cidade: algumas notas sobre a trajetória do Direito Urbanístico no Brasil. In: VALENÇA, Marcio Moraes (Org.). **Cidade (I)legal.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

GARCIA, Antonia dos Santos. Desigualdades raciais e segregação urbana contemporânea: Salvador, Cidade d'Oxum e Rio de Janeiro, Cidade de Ogum. **Anais do XII ANPUR**, Belém, 2007.

GORDILHO-SOUZA, Ângela. **Limites do habitar:** Segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. 2. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2008.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil:** Evolução das condições de vida na década de 90. Texto para discussão nº 807. ISSN 1415-4765. IPEA, Rio de Janeiro, Julho de 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa da Pobreza e da desigualdade racial 2003.** Rio de Janeiro: 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1293&id_pagina=1>. Acesso em: 2010

KROPOTKIN, Piotr. **O Estado e seu papel histórico**. Tradução Alfredo Guerra, São Paulo: Ed. Imaginário, 2000.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITÃO, Lucia. Quando um muro separa e nenhuma ponte une. **Cadernos Metrópole,** n. 13, p. 229-253. São Paulo: EDUC, 2005.

LIMA, Antonia; NETO, Edmundo Ximenes. Governo local e iniciativas de políticas urbanas em Teresina. **Cadernos Metrópole,** n. 15, p. 113-144. São Paulo: EDUC, 2006.

MENDONÇA, Jupira Gomes. Planejamento e medição da qualidade de vida urbana. **Cadernos Metrópole,** n. 15, p. 13-24. São Paulo: EDUC, 2006.

NASCIMENTO, Nilton. Por que o Brasil deve celebrar a abolição. **Jornal ATARDE,** Opinião, p. A2. Salvador: 15 de maio de 2012.

PEREIRA, Gilberto Corso; CARVALHO, Inaiá M. Moreira (Orgs.). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: Edufba, 2006.

PINTAUDI, Silvana. Espaço e Estado: Políticas urbanas em discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amalia Inês Geraiges (Orgs.). **Dilemas Urbanos:** Novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

RECLUS, Élisée. **Renovação de uma cidade – Repartição dos homens**. Plínio Augusto Coêlho (Org. e trad.). – São Paulo: Express & Arte: Ed. Imaginário, 2010.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011.

SANSONE, Lívio. **Negritude sem etnicidade:** O local e o global nas relações e na produção cultural negra do Brasil. Trad. Vera Ribeiro. Salvador: Edufba; Pallas, 2003.

SANT'ANA, Marcel Cláudio. A Cor do Espaço Urbano. **Jornal Irohin,** n. 19, Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.irohin.org.br/imp/template.php?edition=19>. Acesso em: 2009

SANTOS, Milton. **Economia Espacial:** Críticas e Alternativas. Trad. Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 2007a.

_____. Espaço e Dominação. **Seleção de Textos, nº4 -** Cadernos da AGB - São Paulo: São Paulo: Junho de 1978.

_____. **Espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da USP, 2007b.

_____. **O Centro da Cidade de Salvador:** Estudos de Geografia Urbana. 2. ed. São Paulo: Editora da USP; Salvador: Edufba, 2008.

_____. **Por uma economia política da cidade:** O caso São Paulo. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 2009.

SASSEN, S. **The global city:** New York, London, Tokyo. New York: Princeton University, 1991.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, José Borzachiello. O Mercado de trabalho e a cidade Brasileira. In: VALENÇA, Marcio Moraes (Org.). **Cidade (I)legal**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, Gilberto (Org.) **Políticas Públicas do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento Urbano e Ativismos Sociais.**São Paulo; UNESP, 2004. (Coleção sociedade, espaço e tempo).

SOUZA, Maria Adélia de. **Governo Urbano**. São Paulo: Nobel, 1988.

VALENÇA, Marcio Moraes (Org.). **Cidade (I)legal**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.